

IGUALDADE DE GÉNERO NA FAMÍLIA

Maria da Conceição Quinteiro

Trata-se de um projecto em andamento de comparação entre situações brasileiras e portuguesas. Pretende apreender como homens e mulheres constroem relacionamentos igualitários na situação familiar. Estes, nesta proposta, abrangem as diferenças, ou seja, as idiossincrasias pessoais e de género devem ser contempladas, pois integram uma nova concepção de igualdade, onde o diálogo parece ser a ferramenta fundamental dessa experiência.

Igualdade qualitativa

A hierarquia de género vem sendo questionada e negada, sobretudo a partir dos anos 50 do século XX, pelas organizações feministas e pelos estudos académicos. Nesta movimentação questionadora daquela hierarquia, fortaleceram-se tanto os estudos como as acções, voltados para a construção de “indicadores de igualdade” na relação de género nas várias situações do quotidiano.

Nesta proposta, serão adoptados novos pressupostos comparados aos da visão que norteiam os indicadores de “igualdade”. Apesar destes serem de grande relevância para o conhecimento de realidades objectivas vivenciadas por homens e mulheres, encerram na sua constituição a ausência das especificidades de género. Nos “indicadores de igualdade”, as questões da “desigualdade” e da “igualdade” de género são avaliadas por critérios, *a priori* definidas e consideradas contrárias, sem as devidas mediações que o fazer social requer. Assim, a questão da “desigualdade/igualdade” de género é comumente apreendida como a repartição e o compartilhamento, por homens e mulheres, do quinhão de comportamentos e de práticas sociais que evidenciam, ora mais, ora menos, discriminação contra a mulher. Portanto, a desigualdade sofrida pela

mulher proporcionou a construção dos indicadores de “igualdade”, medida de avaliação do gradiente da “desigualdade” feminina em relação às posições, valorizações e oportunidades sociais auferidas pelos homens na sociedade ocidental. A diferença de género implícita nos “indicadores de igualdade” é mostrada no que é “não igual” a ser superado com a aproximação no gradiente de “igualdade”, não no que é decorrente das especificidades masculina e feminina, ou seja, das suas idiossincrasias pessoais e de género como na proposta em curso.

A “igualdade”, nesta proposta, entre homens e mulheres na situação familiar, contempla essas idiossincrasias e, por consequência, não se orienta pelos modelos masculino e feminino, tanto nos comportamentos como nas práticas sociais, que são a referência dos indicadores de “igualdade/desigualdade, porque a “igualdade”, nesta proposta, é também um constructo e, como tal, passível de construção social e contextual, o que quer dizer que, na situação familiar, a “igualdade” pode ser feita e refeita pelos sujeitos da acção. Já nos “indicadores de igualdade”, esta é avaliada pela maior ou menor aproximação aos modelos masculino e feminino. Assim, o modelo masculino prevalece na esfera pública e as mulheres devem alcançar a “igualdade” de género, quanto mais se aproximarem das posições tradicionalmente masculinas. Na esfera privada, na família, o modelo a seguir é o feminino. Menor será a discriminação da mulher quanto mais os homens participarem das tarefas e responsabilidades domésticas, tradicionalmente femininas. Além do mais, a “igualdade” nos “indicadores” impossibilita a negociação dos envolvidos na acção, pois aquela é definida *a priori*, baseada em quantidades pré-estabelecidas.

Nesta proposta, uma nova “igualdade” pode emergir, porque pressupõe a partilha dos comportamentos e tarefas entre homens e mulheres, negociados no dia-a-dia. Aqui, a igualdade de género refere-se à “igualdade qualitativa”, a que não olvida as diferenças de género e pessoais. Desta forma, homens e mulheres são igualmente valorizados, são o centro do mundo e da situação familiar. Inúmeros estudos apontam o quanto a igualdade de género é valorizada e necessária, não só para a autonomia de homens e mulheres, como para o fortalecimento de práticas socialmente democráticas. À guisa de exemplo, vejamos seguinte:

A construção da comunicação emocional entre os envolvidos numa situação de igualdade paritária e interpessoal, conforme Giddens¹, é a condição básica para a existência de uma intimidade prazerosa na relação entre homens e mulheres; para isso, a revelação das suas emoções e dos seus quereres é fundamental para a construção de uma nova intimidade.

¹ A. Giddens, *A Transformação da Intimidade*, São Paulo, EDUNESP, 1993.

Este processo resulta do trabalho que a mulher vem desenvolvendo na busca da igualdade entre os géneros, no qual a sexualidade e o prazer conquistados por ela, questionam a hegemonia dos valores e concepções do universo sexual masculino, calcada numa suposta superioridade. Para Giddens, para a igualdade de género se consolidar, o homem necessita de aprender a narrar a sua história emocional para saber negociar a sua vida pessoal, e ambos, homens e mulheres, poderão juntos construir o amor confluyente, que presume a igualdade do envolvimento emocional e a realização do fazer erótico recíproco, para que se instaure uma relação familiar igual e mais democratizada.

A questão da igualdade na situação familiar vista do ângulo do relacionamento igualitário entre homens e mulheres, analisada por Quinteiro², foi conclusiva ao nível das representações: homens e mulheres revelaram que a construção de uma união afectivo-sexual prazerosa e permanente decorre do exercício do diálogo, da liberdade de manifestação afectiva e do respeito das diferenças entre os sujeitos da acção. Aquela construção pressupõe, portanto, igualdade a ser partilhada qualitativamente por homens e mulheres.

Wolf³ aponta que parte considerável dos homens e das mulheres são resistentes (patriarcais) às mudanças de concepção acerca da relação de género e contrários a uma nova ordem de relacionamento mais igualitário, enquanto outros, descontentes, (igualitários) tentam uma nova linguagem, um novo olhar para a relação de género. Estes são capazes de instaurar o diálogo e a negociação, maneira de consolidar relacionamentos autónomos e igualitários, tanto na esfera pública como na privada.

No âmbito familiar, as crianças aprendem com os seus pais e com os adultos com quem convivem, as maneiras que pautam a relação de género, além de construírem as suas feminilidades e masculinidades. Quando a criança observa a existência de entendimento igualitário entre os seus pais, esta não se identificará, nem com o pai opressor nem com a mãe oprimida, mas com duas pessoas, ambas com igual valor, que apesar de diferentes, actuam com igual dignidade. O menino alia-se ao pai, mas não mais se identifica com um opressor, não tem mais o medo mortal de expressar o seu afecto para com os outros. As crianças crescerão com maior equilíbrio e terão racionalidades e emoções mais integradas. Quando adultos, vão privilegiar a construção de uma sociedade democrática e pluralista, onde é possível o consenso, a partilha e as solidariedade.

² M. C. Quinteiro, *União conjugal: a grande busca*, Tese de Doutoramento apresentada ao Departamento de Sociologia da FFLCH/USP, São Paulo, 1993.

³ Naomi Wolf, *Fire with Fire*, Londres, Chatto e Windus, 1993.

Tenderão a rejeitar autoritarismos e opressões⁴. Nestas dimensões as da violência, do autoritarismo e da negação da diferença, para Adorno⁵, têm o seu antídoto numa educação crítica, iniciada na família e reforçada pela escola.

Em geral, vimos observando que são crescentes os relacionamentos mais democratizados e iguais entre cônjuges e destes com os filhos. Independentemente da localização espacial das famílias, verifica-se que é continuada a mudança da relação de género numa direcção mais simétrica⁶.

Situação Familiar

A família é a situação, o contexto onde vou analisar as experiências de homens e mulheres voltadas para a construção da “igualdade”, digamos qualitativas, pois contempla as diferenças de género. Por experiência, designo a interacção entre o pensamento e a acção, isto é, entre teoria e o agir na direcção das metas que os sujeitos da acção pretendem alcançar, no caso a “igualdade” de género.

Escolhi o contexto familiar e não outro porque esta situação é a responsável pela socialização primária das novas gerações. Nesta fase da vida as crianças aprendem com os adultos os primeiros valores, as primeiras atitudes frente aos outros e a si, os primeiros conceitos emocionais. A socialização primária é o fundamento subjectivo que será parâmetro fundamental para as orientações na vida⁷. Portanto, deste ponto de vista, como na família é onde os infantes aprendem as primeiras experiências, a família pode ser vista como “os outros de referência”⁸ para as socializações posteriores, quando o jovem for capaz de abstracções, de outras escolhas em outras situações, que enriquecerão o patamar original e o transformarão continuamente.

⁴ Rose M. Muraro, *A mulher no terceiro milénio*, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992.

⁵ Theodor W. Adorno, “A educação após Auschwitz”, in Gabriel Cohn (org.), *Adorno*, São Paulo, Ática, pp. 33-46, 1986.

⁶ J. Ferreira Almeida *et al.*, *Jovens de hoje e de aqui*, Câmara Municipal de Loures, 1996; Adélia Costa, *Representações sociais de homens e mulheres*, Lisboa, CIDM – Comissão para a Igualdade de Direitos das Mulheres, 1992.

⁷ Peter I. Berger e Thomas Luckmann, *A Construção Social da Realidade*, Petrópolis, Vozes, 1976.

⁸ George H. Mead, *Espiritu, persona y sociedad*, Buenos Aires, Paidós, 1972.

Género, uma relação social

Porquê relação social de género? Porque o que dá significado a um corpo feminino e a um corpo masculino é a relação que os envolve, que é aprendida, que é uma construção social e faz parte da cultura que amalgama uma sociedade. É, pois, uma relação social, esta, do ponto de vista sociológico e, segundo Weber⁹, é a interacção entre pessoas, mutuamente referidas, isto é, com intenções recíprocas que orientam as acções de uns e outros. Dito de outra maneira, a relação social pressupõe a concordância entre dominados e dominantes, que a legitimam; pressupõe, também, que as condutas dos actores são referidas e que o conteúdo dos significados das acções pode mudar e é possível a negociação prévia para condutas futuras, de modo que cada actor possa orientar as suas acções no sentido do acordo prévio. É possível, pois, transformar as acções e concepções de "desigualdade" em acções e concepções de "igualdade". A igualdade a que me refiro está, em última instância, no nível da valorização que a sociedade atribui a homens e mulheres, processo que, para ser consistente, começa na família. A especificidade da relação de género, enquanto relação social, consiste fundamentalmente no facto de que ao relacionar homens e mulheres abriga as suas diferenças nas várias situações em que homens e mulheres interagem, e que, também, cada um de per si, nessa relação, transporta uma bagagem subjectiva comum, que interage com os aspectos objectivos dessas situações.

As diferenças de género são ensinadas às meninas e aos meninos, no processo da formação das suas identidades; estas, juntamente com as idiosincrasias pessoais, podem e devem ser conciliadas para que não sejam estimulados antagonismos entre homens e mulheres. Na construção da "igualdade qualitativa", a frequente separação de homens e de mulheres em espaços próprios e modos de vida peculiares não faz sentido. Tal separação fundava-se na dicotomia entre razão e emoção à qual estavam associados os homens e as mulheres, associação que atribui inferioridade feminina e superioridade masculina, portanto, valorização social desigual.

A associação com a emoção, com a natureza, com a reprodução humana, com os cuidados com a prole e com a casa deve-se ao facto da mulher não ser considerada com a mesma capacidade de pensar e de raciocinar que o homem. Portanto, do ponto de vista da capacidade intelectual, é com frequência considerada inferior porque age guiada pela emoção e é emocional, porque pertence ao mundo da natureza e dos

⁹ Max Webber, *Ensaio de Sociologia* (org. H.H Gerber e C.Wright Mills), Rio, Jorge Zahar, 1971.

'instintos'¹⁰. Ao contrário, o homem tem capacidade de discernimento e de raciocínio, porque orienta as suas atitudes e pensamentos pela razão, e com a qual guia-se na esfera pública, no mundo da cultura. Esta desigualdade entre os géneros, ancorada na separação entre pensamento e sentimento, no meu entender, seria o fulcro original da relação de dominação/subordinação. Esta valorização social negativa das mulheres, entre outros obstáculos, para a construção da "igualdade", deu margem à elaboração de estereótipos, que focalizam na figura masculina a causa dos males das mulheres e na figura feminina a supremacia moral e ética.

Em contrapartida, as mulheres são portadoras da fortaleza moral e da generosidade para com outrem, das quais os homens são carenciados. Visão bastante difundida e que necessita de ser reavaliada, na minha opinião, sob pena de ser um entrave à construção de comportamentos e práticas sociais de género mais equitativos, pois cria e exacerba antagonismos entre homens e mulheres. Separa-os de maneira inconciliável, onde na verdade, a história prova que há conciliação. A começar pelo conceito de relação social; pela possível e necessária contemplação e respeito pelas diferenças de género e idiosincrasias pessoais; pela unificação da razão e da emoção. A "igualdade qualitativa" é um bem em construção e nesta tarefa os sentimentos têm importância preponderante.

O conhecimento das realidades e propostas para possíveis mudanças não desprezam a emoção, dimensão importante do conhecimento¹¹; por conseguinte, as orientações emocionais nas experiências de homens e de mulheres respaldam, tanto as "desigualdades" como as "igualdades" de género.

Os seres humanos são capazes de reelaborar as suas experiências, vivências e concepções com a razão e a emoção unificadas. A reelaboração, ou a representação, é o pensar-sentir a vivência de homens e mulheres¹². Esta representação, este pensar-sentir, tem base material (a vivência) que subsidia o nível simbólico (a representação) e este subsidia a base material. Ou seja, o pensar (razão) e o sentir (emoção) estão unificados na vivência quotidiana dos sujeitos da acção.

¹⁰ M. L. Glennon, *Women and Dualism. A sociology of knowledge analysis*, London, Longman, 1979.

¹¹ A. M. Jaggar, "Love and knowledge in feminist epistemology", in A. M. Jaggar e S. Bordo (eds), *Gender/ Body/ Knowledge: Feminist Reconstruction of Being and Knowing*, New Brunswick, Rutgers University Press, 1989.

¹² B. Heleieth Safiotti, "Rearticulando género e classe social", in C. Bruschini e A. Costa, (eds), *Uma questão de género*, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992.

A emoção, conforme Heller¹³, é racional porque é cognitiva e situacional, ou seja, está vinculada à situação, a um contexto específico. O significado de cada emoção é atribuído pelos sujeitos dessa situação, por isso é possível a mudança. A emoção não está separada nem da situação na qual se manifesta, nem do conhecimento que se tem dela, quer dizer, do processo de aprendizagem e interiorização de normas sociais, nos quais as emoções são produzidas juntamente com as suas manifestações.

Nascemos nus literal e metaforicamente. Ao nascer, encontramos um cabedal de experiências prévias, conhecimentos disponíveis, referências para as gerações vindouras. Os sujeitos partilham um mundo intersubjetivo, a trama social significativa, origem das acções, atitudes e conhecimentos originários dos seres humanos¹⁴. É a partir desta referência que podem ser elaboradas e reelaboradas novas concepções e acções. Estas levam às mudanças quando são resultado da insatisfação percebida como sentimento consciente da “falta de algo”¹⁵. A consolidação desta consciência está no exercício do diálogo. O diálogo pautado no pensamento e no agir, numa interacção dialógica. Esta pressupõe o procedimento argumentativo fundamentado, isto é, aquilo que homens e mulheres argumentam é susceptível de crítica e questionamento. Por isso, a interacção dialógica consiste numa negociação com liberdade de expressão, as quais fundam o consenso resultante. Nela, não há nenhuma verdade, normas e valores absolutos; no entanto, a interacção dialógica apoia-se na trama social historicamente construída, da qual os interlocutores desse diálogo fazem parte.

A construção da “igualdade qualitativa” entre homens e mulheres, na situação familiar, deverá necessariamente priorizar a negociação constante, de modo que a gestão de questionamentos e das críticas chegue a bom termo. Deve-se considerar que as idiosincrasias pessoais e de género não são antagónicas, ao contrário, denotam identidades próprias e autonomia de acção, componentes fulcrais para a nova “qualidade” em construção. Não se trata de uma nova relação de complementariedade, pois nesta a vigência da hierarquia de género mantém-se – cada qual exerce o seu papel e as suas tarefas na família, sem questionamentos, como algo natural, numa complementariedade adequada ao bom relacionamento familiar. Na “igualdade qualitativa”, a hierarquia de género é abolida; entra a negociação numa interacção dialógica, não há antagonismo

¹³ A. Heller, *Teoría de los sentimientos*, Barcelona, Fontamara, 1985.

¹⁴ Alfred Schütz, “Le chercher er le quotidien”, in V. W. Karl Meter, (org.), *La Sociologie*, Paris, Larousse, 1994.

¹⁵ A. Heller, *Teoría de los sentimientos*, Barcelona, Fontamara, 1985.

de género, é possível a conciliação entre o “igual e o diferente”, enquanto resultado de questionamento e de novas proposições dos interlocutores nessa situação.

Pelo que foi exposto, a hipótese central desta proposta é que as experiências de homens e de mulheres na situação familiar, voltadas para uma nova “igualdade”, que eu denomino, provisoriamente, de “qualitativa”, só se consolidarão com o exercício constante da interação dialógica no seio da família.

Para consultar bibliografia ver: www.fcsh.unl.pt/facesdeeva

Maria da Conceição Quinteiro é Pesquisadora Senior do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo.